

PROEJA NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o Programa de Atendimento para Jovens, Adultos e Trabalhadores e o Currículo Integrado

ANA CAROLINA SANTOS CARNEIRO

Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana. Mestre em Educação de Jovens e Adultos, pela Universidade do Estado da Bahia. Docente da Rede Municipal de Feira de Santana. ORCID. 0000-0002-5759-2620. E-mail: educamunicipal@live.com

CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS

Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) e Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Líder do Grupo de Pesquisa INTERGESTO - Gestão da Educação, Trabalho e Interculturalidade. ORCID. 0000-0003-3964-5802. E-mail: clnsantos@uneb.br

PATRÍCIA LESSA SANTOS COSTA

Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) e Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Líder do Grupo de Pesquisa GREDHI, Educação, Direitos Humanos e Interculturalidade. ORCID. 0000-0002-2038-8132. E-mail: plsantos@uneb.br



PROEJA NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Programa de Atendimento para Jovens, Adultos e Trabalhadores e o Currículo Integrado

Este artigo, em um primeiro momento, discute o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), situando-o no contexto das políticas públicas brasileiras dirigidas à inclusão socioeducacional e profissional de Jovens e Adultos, que por múltiplas razões tiveram negado seu direito aos estudos no tempo convencional. A partir de uma recuperação histórica, destaca-se que o Decreto de nº 5.154/04 que instituiu o referido Programa, representou o resultado das lutas de educadores e demais estudiosos pela superação de uma concepção dual da educação e pela defesa de uma perspectiva integrada como forma de inovação pedagógica, comprometida com a justiça social e formação cidadã. Em um segundo momento, o texto apresenta a experiência dessa política no Estado da Bahia, revelando sua implementação em um contexto de participação política e consolidação da educação profissional para o estado. Os resultados apontaram para a existência de uma nova concepção educacional a partir deste período, comprometida com um currículo representativo e emancipatório, dirigido aos segmentos que integram esse universo.

Palavras chave: PROEJA. Educação Integrada. Emancipação.

PROEJA IN THE PUBLIC POLICY PERSPECTIVE: the Care Program for Youth, Adults and Workers and the Integrated Curriculum

This This article firstly discusses the National Program for the Integration of Vocational Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA), placing it in the context of Brazilian public policies aimed at the socio-educational and professional inclusion of Youth and Adults, who for multiple reasons have been denied their right to study in conventional time. From a historical recovery, it is noteworthy that the Decree No. 5.154/04 that instituted the said Program, represented the result of the struggles of educators and other scholars to overcome a dual conception of education and to defend an integrated perspective. as a form of pedagogical innovation, committed to social justice and citizen formation. In a second moment, the text presents the experience of this policy in the State of Bahia, revealing its implementation in a context of political participation and consolidation of professional education for the state. The results pointed to the existence of a new educational conception from this period, committed to a representative and emancipatory curriculum, directed to the segments that integrate this universe.

Keywords: PROEJA. Integrated Education. Emancipation.

PROEJA EN LA PERSPECTIVA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: el Programa de Servicio para Jóvenes, Adultos y Trabajadores y el Currículo Integrado

Este artículo analiza en primer lugar el Programa Nacional para la Integración de la Educación Vocacional con la Educación Básica en la Modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (PROEJA), ubicándolo en



el contexto de las políticas públicas brasileñas dirigidas a la inclusión socioeducativa y profesional de la Juventud y Adultos, a quienes por múltiples razones se les ha negado su derecho a estudiar en el tiempo convencional. De una recuperación histórica, es notable que el Decreto No. 5,154 / 04 que instituyó este programa, representó el resultado de las luchas de los educadores y otros académicos por superar una concepción dual de la educación y defender una perspectiva integrada. como una forma de innovación pedagógica, comprometida con la justicia social y la formación ciudadana. En un segundo momento, el texto presenta la experiencia de esta política en el Estado de Bahía, revelando su implementación en un contexto de participación política y consolidación de la educación profesional para el estado. Los resultados apuntan a la existencia de una nueva concepción educativa a partir de este período, comprometida con un plan de estudios representativo y emancipatorio, dirigido a los segmentos que integran este universo.

Palabras clave: PROEJA. Educación Integrada. Emancipación.



PROEJA NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o Programa De Atendimento para Jovens, Adultos e Trabalhadores e o Currículo Integrado

Introdução

Este estudo tem como foco o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto de nº 5.478/2005, no âmbito da rede federal. Partimos do questionamento de como este se estruturou no estado da Bahia, com foco no currículo e sua influência nos processos de emancipação dos sujeitos, tendo em vista se tratar de um segmento composto por uma maioria de negros, das chamadas classes subalternas que optam por estudar e almejam a inserção no mundo do trabalho.

Destarte, o referido Programa é considerado como uma política inclusiva para os jovens e adultos que tiveram historicamente seus direitos negados pelo estado e que surgiu para diminuir as injustiças sociais, aumentar o número de vagas para a EJA e elevar a escolaridade dos jovens, adultos e trabalhadores. Assim, o programa está intimamente ligado à Educação Profissional, porque prevê ações integradas da Educação Básica com a formação profissional.

Conforme diz o nome do Programa, este antevê a integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de EJA, e através do Decreto de nº 5.154/04, que dispõe sobre a possibilidade de ofertar a formação integrada. Essa possibilidade de integração revelou ser um avanço importante para a Educação mais geral, uma tentativa de resolver uma velha demanda da ausência de articulação entre a Educação Básica e a Educação Profissional.

Através de reivindicações advindas de estudiosos da educação, movimento civil, pela revogação do Decreto nº 2.208/1997, por não representar as necessidades reais dos sujeitos jovens, adultos e trabalhadores, foi criado o Decreto nº 5.154/04 que trazia um debate em torno de uma nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica.

Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) os autores citados, o Decreto 5.154/04 foi um conjunto de lutas por um grupo de estudiosos e educadores progressistas que viam a necessidade de romper com algumas contradições históricas, uma delas era a desarticulação da educação profissional com a educação básica e promover uma educação integrada.



Esse debate sobre a integração da formação geral e formação profissional foi intenso na década de 80, no processo de redemocratização do país, pelas lutas dos movimentos civis em defesa da escola pública e de todos. É uma disputa histórica, que tem caráter político e ideológico por diversos setores da sociedade. Diante disso, cada grupo político prevê um modelo de educação que atenda aos seus ideais e que visem diversos projetos para a reestruturação, nesse caso do Ensino Médio e da Educação Profissional.

Refletindo criticamente sobre o contexto histórico, político e os aportes legais sobre a Educação Profissional, identificam-se as disputas em torno de qual educação se deseja e qual se quer ofertar, desdobrando-se em interesses ideológicos que se arrastaram, ao longo da educação mais geral: a disputa por educação para a emancipação e, por outro lado, uma educação para manutenção das forças de produção. Os primeiros projetos da LDB previam uma formação politécnica, relacionada à teoria e à prática, incluindo os processos produtivos, mas não tiveram apoio para aprovação dessa proposta no que veio a culminar no projeto da LDB de 9.394/1996, Decreto nº 2.208/1997 e Portaria 646/1997 (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). Conforme os autores é no ensino médio que se evidencia uma maior expressão de um dualismo instalado na educação brasileira, é nesse segmento que se confirmam as contradições existentes, através do sistema capitalista.

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica e possui, em sua maioria, um público de estudantes jovens ou adultos, sendo que os conhecimentos instituídos como currículo escolar para este segmento, devem contemplar as necessidades de formação para o mundo do trabalho, seus projetos de vida e conhecimentos científicos tecnológicos (Lei de Diretrizes e Bases). Nesse ínterim, muitas vezes esses conhecimentos instituídos perpassam por uma disputa político-ideológica de um sistema neoliberal que institucionaliza uma educação baseada nas estruturas de classes, um dualismo instalado que separa o grupo de classes entre os que irão ter uma formação técnica, os mais pobres da sociedade e os que terão uma formação propedêutica para o ensino superior, as elites.

Pelo enfrentamento para chegar até a promulgação do Decreto nº 5.154/04, criou-se o Decreto de nº 5.478, que institui no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que através desse aporte legal, estabeleceu qual o âmbito de oferta para o PROEJA.

Diante da Portaria de nº 2.080/2005, estabeleceram-se Diretrizes para as Instituições Federais (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas

Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais) para que essas mesmas instituições ofertassem o PROEJA, a partir de 2006, de forma integrada com o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

O PROEJA oferece cursos para a formação profissional com objetivo de elevar a escolaridade dos sujeitos jovens, adultos e trabalhadores. Os cursos podem ser oferecidos de forma integrada ou concomitante com o Ensino Médio. A forma integrada compreende uma matrícula única, possuindo um currículo que contempla a formação geral unificada e a formação profissional.

O modo como os cursos são oferecidos pelo PROEJA são: A educação profissional técnica de nível médio, para aqueles que já concluíram o ensino médio e desejam um certificado técnico; a formação inicial e continuada com o ensino médio, que para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), entende-se por formação inicial, àqueles que iniciam os trabalhos em uma área profissional, como uma primeira formação, e a continuada, são todas as experiências formativas após o trabalhador já ter adquirido uma primeira formação. A formação inicial e continuada com ensino fundamental para aqueles que concluíram a primeira etapa do ensino fundamental.

Sobre o currículo dos cursos de formação inicial e continuada do PROEJA, deve conter 1.600 horas de carga horária máxima, assegurando-se o mínimo de 1.200 horas para a formação geral e 200 horas mínimas para a formação profissional. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio deveriam ter carga horária de 2.400 horas, destinando 1.200 horas para a formação geral e a carga horária mínima estabelecida pela respectiva habilitação profissional técnica (BRASIL, 2005).

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio de forma integrada se dá também com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de forma simultânea, com o objetivo de elevar a escolaridade e a qualificação para o trabalho, via Parecer CNE/CEB nº 39/04.

O Decreto de criação do PROEJA foi revogado pelo Decreto nº 5.840/05 para que pudessem ampliar as Diretrizes do Programa, seus princípios e fundamentos sobre um currículo integrado contemplando a modalidade EJA. Quanto ao alargamento da oferta dos cursos do PROEJA, para além das redes federais de ensino, foram inclusos o “Sistema S”. Além disso, o referido Decreto prevê que os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único (BRASIL, 2006).



O Documento Base (BRASIL, 2007c) do PROEJA salienta ser fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou que a ela [educação] não teve acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base – uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.

Através desse documento, que deixa claro qual público se destina ao referido Programa, surgiu para o atendimento de pessoas excluídas, a saber os jovens e adultos, que não foram assistidos pelo sistema educacional e têm uma dívida histórica com esses socialmente marginalizados.

Para implantar o PROEJA nas redes federais de ensino foi uma ação desafiadora, visto que essa mesma rede não trabalhava com o público da EJA. Dessa forma, promoveram intensos debates acerca do currículo integrado do Programa, por iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), através de decreto ministerial. Diversos grupos envolvidos como os representantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológicas (RFEPCT), do Fórum Nacional de EJA, pesquisadores que se reuniram para a produção do documento base do programa.

A rede federal de ensino foi indicada para a implantação do PROEJA, mas, por outro lado, a mesma não possuía a experiência em trabalhar com o público da EJA, o que incorreu em desafios constantes para essas Instituições. Entende-se que para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos é necessário compreender quem são esses sujeitos, que são aqueles que tiveram um processo educativo truncado, um grupo que abarca a diversidade e como tal deve ser levado em consideração.

É importante abordar, aqui, quais os princípios e as concepções que embasam o PROEJA, que segundo o Documento de referência, propõe um trabalho que tem natureza filosófica atribuída à integração, que é o trabalho, no qual expressa uma concepção de formação humana, com base nas dimensões da vida, dos processos educativo e produtivo, visando uma formação omnilateral⁷ que tem o fundamento em Marx, com respeito a uma formação completa do homem. Pode-se perceber que a concepção firmada pelo programa é voltada para uma formação que possa contribuir para a integração sociolaboral em uma perspectiva de inclusão social de acesso à educação de forma permanente.

Conforme salienta o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007c) esse Programa tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

Essa concepção de formação pode auxiliar para o enriquecimento profissional, não tão somente, mas também na dimensão cultural, científica, política das populações por não dissociar essas dimensões atreladas ao exercício de práticas cidadãs e com as sociedades.

Para discutir a formação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de EJA, implica em se debater sobre o rompimento da histórica dualidade estrutural e a formação técnica, que ao longo dos anos, previu uma educação instrumental voltada somente para as classes trabalhadores e populares, visto que o PROEJA tem um público específico, que são os jovens, adultos e trabalhadores. Um dos princípios básicos do Programa está relacionado à inclusão dessas pessoas à educação em uma das ofertas promovidas pelo setor público. Dessa maneira, assume uma educação em uma perspectiva do direito à educação e dever do estado. Outro princípio com relação ao PROEJA está voltado ao direito à educação básica, como direito universal, envolvendo o ensino fundamental e médio.

O Programa leva em consideração os aspectos geracionais, questões de gênero, as relações étnico-raciais, como fundamentos para a formação humana, levando em consideração os processos de construção identitários. Sendo que, a política do PROEJA está intimamente ligada ao trabalho como princípio educativo. Por conseguinte, a integração com o ensino médio em uma perspectiva do trabalho, como princípio que educa, leva à compreensão que são as pessoas que produzem sua condição de trabalho pelo trabalho, com o objetivo de transformar a si mesmo e o mundo.

A política de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade da EJA, considerando uma integração com o ensino médio, prevê um projeto-pedagógico único e de um currículo integrado, incorporando concepções, princípios, diretrizes, para a oferta integrada, independente se for ofertado no modo subsequente ou concomitante (BRASIL, 2007c).

No que se refere à proposta de um currículo integrado, pode-se refletir sobre o que diz Ciavatta (2005), que define sobre o currículo integrado no sentido de completude. O currículo integrado do PROEJA prevê o enfoque com o trabalho como princípio educativo, buscando esse conceito, a partir das ideias de Marx, de forma que o trabalho permita aos sujeitos compreenderem o sentido econômico, histórico, social, político e cultural das Ciências e das Artes. Os fundamentos



políticos e pedagógicos que norteiam a organização do currículo do PROEJA devem seguir o que define o Documento Base do referido programa:

a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva; b) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana; c) A valorização dos diferentes saberes no processo educativo; d) A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; e) A escola vinculada à realidade dos sujeitos; f) A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino; g) O trabalho como princípio educativo (Adaptado do documento Saberes da Terra, 2005, p. 22-24) (BRASIL, 2007c).

O trabalho com o currículo integrado é uma forma de inovação pedagógica com o segmento do ensino médio, em resposta à histórica desarticulação entre a educação básica e a educação profissional, aos sujeitos sociais, pois é uma concepção que privilegia ao trabalho e aos diferentes saberes produzidos socialmente nos mais diversos espaços. É uma proposta que não promove uma formação para o mercado de trabalho, mas sim, baseada na formação integral de pessoas como uma maneira de compreender a si mesmo, as sociedades e o mundo.

Sobre os programas da Educação Profissional e nesse caso o PROEJA, Kuenzer (2006) faz uma análise crítica e reflexiva, não só para a modalidade em questão, mas na situação da educação de maneira mais geral. O que a autora salienta é que embora a formação para os trabalhadores, baseada na dimensão da cidadania, do conhecimento científico-tecnológico, se configure em inclusão e justiça social; por outro lado, uma formação básica sem uma articulação com a educação profissional e um ensino que não apresenta ser de qualidade, incorrerá em mais um programa de formação para trabalhadores que reforçam no consumo de força de trabalho e na ausência de formação emancipatória. Por outro lado, Pacheco e Aranha (2012) referindo-se ao PROEJA disseram:

a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva; b) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana; c) A valorização dos diferentes saberes no processo educativo; d) A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; e) A escola vinculada à realidade dos sujeitos; f) A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino; g) O trabalho como princípio educativo (Adaptado do documento Motivou resultados significativos, não apenas no que se refere

ao rompimento com a lógica de ensino dualista, mas também, no sentido de reverter uma visão tradicional de escola que marca o imaginário das pessoas jovens e adultas. Mostrando-se, pelo menos no campo das concepções, que é uma iniciativa que também se apresenta como uma possibilidade de realmente articular a formação geral à técnica, com vistas à inserção e à permanência no mercado de trabalho, reconhecendo o lugar de trabalhador para além da submissão ao mercado (PACHECO; ARANHA, 2012, p. 27).

Nesse ínterim, pode-se perceber que uma iniciativa como esta, um programa de articulação com a Educação Básica e Educação Profissional na modalidade da EJA, prevê não somente ganhos mais estruturais, como por exemplo, o rompimento da dualidade, mas a possibilidade, também, da reversão de uma visão de uma escola do passado, que é do conhecimento dos jovens e adultos.

O PROEJA na rede estadual da Bahia

Para tratar sobre o PROEJA na rede estadual da Bahia será necessário retomar a um marco importante na trajetória da Educação Profissional neste Estado, que foi a criação do Plano de Educação Profissional da Bahia, no ano de 2008.

O referido plano foi fruto de participação entre a sociedade civil organizada de diversos segmentos sociais, que através de diversas reivindicações para a construção coletiva do Plano Plurianual (PPA) (2008-2011), puderam exigir ao governo do estado da Bahia, melhorias em âmbitos diversos, tais como saúde, educação, desenvolvimento social e outros, tão prioritários quanto estes descritos anteriormente, presentes nos territórios de identidade.

A participação dos diversos segmentos e representantes de entidades sociais somaram mais de 8.343 propostas no que culminou em programas e ações das Secretarias do Governo do Estado da Bahia no PPA do quadriênio de 2008 a 2011 (BAHIA, 2007).

Diante da construção da proposta de forma participativa, o Plano da Educação Profissional da Bahia surgiu para atender reivindicações pertinentes da sociedade civil organizada que exigiu do estado, uma educação de qualidade e inclusiva para todos. Este Plano está sob a responsabilidade da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), que tem como objetivo planejar, coordenar e promover ações para a Educação Profissional no Estado da Bahia, conforme já exposto neste trabalho.

Trazendo para esta discussão os aspectos legais da implantação da rede estadual de ensino, como tentativa de atender as antigas reivindicações de uma Educação Profissional integral,

integrada, emancipatória aos sujeitos, reflete-se que o ano de 2008 foi significativo para esta modalidade de educação na Bahia.

É importante destacar que somente no ano de 2009, a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF) dispôs uma Instrução Normativa de nº 03 de julho deste mesmo ano, que definiu sobre as Orientações Curriculares e a matriz curricular para a rede estadual de ensino, no âmbito da Educação Profissional. Este é um documento que indica também a inclusão do PROEJA na rede estadual, que neste aspecto ficou evidente a oferta de cursos da educação profissional antes mesmo de institucionalizar uma proposta pedagógica específica para esta modalidade.

Nesta referida Instrução Normativa nº 03/09 de 30 de julho de 2009, explicita como será a matriz curricular do PROEJA no estado, fazendo referências a outros aportes legais nacionais que normatizam a Educação Profissional no país.

A Instrução Normativa mencionada ancora-se em bases legais que fundamentam a Educação Profissional, na qual incluíram como referência a legislação nacional, decretos e resoluções que regulamenta este ensino. Mediante isto, a SUPROF institucionaliza como será o currículo da Educação Profissional na rede estadual de ensino, em extensão o PROEJA.

O Ministério da Educação orientou sobre a rede que pode ofertar o PROEJA, que a princípio foi a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Redes Estaduais, Redes Municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical (Sistema S).

No que diz respeito à rede estadual de ensino, no qual é o universo desta pesquisa, para que possam ofertar o PROEJA nesta mesma rede, o Ministério da Educação exorta que o Estado deve organizar-se para assumir esta política pública de integração com a Educação Básica e a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A orientação do Ministério da Educação é que a rede deva selecionar as escolas que ofertam a Educação de Jovens Adultos e Educação Profissional para que participem do PROEJA. Assim, faz-se necessário que a gestão da Secretaria de Educação do Estado possa, juntamente com os profissionais das unidades escolares, professores, diretores, construir uma proposta pedagógica integrada, sem perder de vista as especificidades locais.

Para uma consolidação da proposta pedagógica integrada, a rede estadual que for assumir o compromisso e ofertar o PROEJA em sua rede de ensino, necessitará realizar a formação

continuada do coletivo de professores, diretores escolares, com vista na formação integrada dos sujeitos da EJA.

No caso da rede estadual de ensino, o financiamento do curso PROEJA é através do recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB ou pela adesão do Programa Brasil Profissionalizado.

Sobre o Programa Brasil Profissionalizado, foi instituído no ano de 2007 através do Decreto nº 6.3012, de 12 de dezembro, sendo que é uma iniciativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este programa visa o fortalecimento do ensino médio integrado à Educação Profissional nas redes estaduais de educação profissional.

No portal do Ministério da Educação-MEC depõem sobre a atuação do Programa Brasil Profissionalizado com foco na oferta de cursos técnicos de nível médio integrado, principalmente nas redes estaduais de ensino. Para que a rede estadual possa participar do programa é necessário assinar o compromisso Todos pela Educação, definido pelo Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromissos Todos Pela Educação, junto à União em regime de colaboração entre os estados e municípios, através de programas e ações de assistência técnica, que visam a qualidade da educação básica. Em seguida, deve-se formalizar a participação a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), cadastrar os dados dos responsáveis pela execução do programa na plataforma no SIMEC, que é o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC.

Ainda na plataforma SIMEC, deverá inserir o diagnóstico e plano de ações para a expansão da educação profissional da referida rede estadual de ensino. Orientado por um técnico do MEC, que deve ser solicitado pela secretaria de educação do estado, deverá fazer um diagnóstico e plano de ação para ser analisado pelos responsáveis do SETEC. Após aprovação do plano, este é encaminhado para a consolidação do convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou para atendimento como assistência técnica.

Quanto à rede de ensino do estado da Bahia, com respeito à Educação Profissional, as fontes de financiamento são o Tesouro Estadual e o Fundo Nacional de Desenvolvimento. No que cita o Programa Brasil Profissionalizado e o referido plano de ação descrito anteriormente, a Secretaria de Educação do Estado explicita como esta mesma rede faz a gestão desse recurso para a Educação Profissional:

O plano de ação é uma ação da Educação Profissional, do Programa Expansão da Educação Profissional, que visa atender a uma demanda dos Centros Estaduais



e Territoriais de Educação Profissional e de escolas estaduais que ofertam educação profissional, no sentido de minimizar as carências que têm impactado no funcionamento dos cursos. A Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional decidiu pelo repasse de recursos para financiamento das ações prioritárias, voltadas para garantir o funcionamento das atividades pedagógicas, com qualidade. Os recursos são repassados para os Caixas Escolares das unidades que são beneficiadas (BLOGSPOT, 2018).

Conforme exposto, a SUPROF decidiu pelo repasse do recurso financeiro do Programa Brasil Alfabetizado para as Caixas Escolares, com o objetivo de gerir o financiamento, a fide garantir o funcionamento dos cursos nos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. No âmbito da estrutura educacional no que refere-se ao PROEJA na rede do estado da Bahia, destaca-se sobre o currículo instituído pela Superintendência aos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. Ao retomar sobre este currículo, a Instrução Normativa de nº 03/09 de 30 de julho de 2009, resolve que:

Art. 1º A matriz curricular dos Cursos de Educação Profissional, referenciados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nas diversas modalidades, deverá contemplar todas as disciplinas da Base Nacional Comum, as disciplinas da Parte Diversificada/Formação Técnica Geral e da Parte Profissional/Formação Técnica Específica de acordo com o curso profissional técnico adotado.

§ 1º A Formação Técnica Geral caracteriza-se por um conjunto de conhecimentos de caráter sócio-técnico relativos ao trabalho, que perpassam todas as áreas de ocupação e que são necessários para qualquer tipo de inserção no mundo do trabalho (assalariado, de forma autônoma ou por meio da economia solidária).

§ 2º A Formação Técnica Geral, enquanto estratégia metodológica de integração de conhecimentos no currículo e abordagem e/ou introdução ao mundo do trabalho, deverá ser utilizada nos currículos integrados como conhecimentos-ponte entre a formação geral (Educação básica) e a formação específica, que pode ser concebida na forma de arcos ocupacionais (BAHIA, 2009).

Ao tratar sobre a Formação Técnica Geral (FTG) que é explicitada no documento acima, no § 1º como um conjunto de conhecimentos e depois no § 2º como estratégia metodológica pode-se identificar um truncamento nos conceitos definidos a FTG, pois o conjunto de conhecimentos ao qual se refere, deveria estar fundamentado a alguma teoria defendida por esta rede de educação para que possa oferecer sustentação às estratégias didáticas no interior das escolas. Do mesmo modo, dizer que a Formação Técnica Geral é, também, uma estratégia metodológica, sem indicar qual aporte teórico de sustentação, torna-se o entendimento confuso, quando não é explicitado nos documentos de referência. No que diz respeito ao currículo da Educação Profissional na rede

estadual de ensino, Lima (2013) diz que os currículos das disciplinas da base nacional comum podem influenciar as da formação técnica específica e vice-versa. Além desta estratégica, a rede estadual da Bahia adotou a “formação técnica geral” no currículo de todos os seus cursos (LIMA, 2013, p. 15).

Diante do que explicitou Lima (2013), no qual esclareceu sobre o currículo da educação profissional na rede do estado da Bahia, buscou referência nas experiências do movimento sindical e que resultou numa matriz curricular que incluiu conhecimentos sobre a FTG como uma estratégia para integrar o currículo escolar.

Sobre a Formação Técnica Específica (FTE), o documento 03/2009 norteia como serão os componentes que constituirão a área específica técnica de cada curso profissional.

§ 3º A Formação Técnica Específica - FTE contempla o conjunto de conhecimentos e práticas indispensáveis para a inserção dos educandos/as nos conhecimentos e técnicas inerentes à sua formação profissional, devendo dialogar com a Base Nacional Comum e a Formação Técnica Geral, propiciando aos educandos/as a qualificação sócio-técnica necessária à atuação no Mundo do Trabalho (BAHIA, 2009).

Pode-se perceber que no documento está clara a orientação sobre os âmbitos da formação técnica geral e específica à exigência do diálogo com a Base Nacional Comum, sem perder de vista a formação profissional dos estudantes, a qualificação para o mundo do trabalho, como uma estratégia de também integrar o currículo da escola. Cabe inferir que na prática do Centro Estadual de Educação Profissional pesquisado, não há espaço para o diálogo fluente entre os professores das áreas técnicas e daqueles da base nacional comum. Este espaço ao qual se referem, são reuniões específicas para atividades complementares de planejamento pedagógico individual e coletivo dos docentes no interior do centro de educação profissional.

Para melhor compreensão do tema estudado, analisou-se uma matriz curricular do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e identificou-se que ela é formada por componente curricular da Base Nacional Comum, Eixo Diversificado e Eixo Tecnológico que são disciplinas que dizem respeito à área técnica profissional. Na rede do estado da Bahia, a matriz curricular dos cursos PROEJA é composto, também, pela Base Nacional Comum, Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica e dos Estudos Interdisciplinares, sendo um desenho curricular específico da rede estadual de ensino.

Pode-se perceber que na rede do estado da Bahia o PROEJA possui um desenho curricular específico, no qual não se assemelha aos das redes federais de ensino. É importante esclarecer

que houve esforços positivos para que pudessem inserir na rede estadual cursos técnicos voltados para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Neste caso, destaca-se o PROEJA que nacionalmente foi criado como política de inclusão dessas pessoas com objetivo de elevar a escolaridade e garantir a formação profissional. Por outro lado, se reverbera no centro de educação profissional pesquisado, a forma aligeirada como foi inserido o PROEJA na rede do estado da Bahia com uma proposta curricular que não possui significativa representatividade dos sujeitos das instituições da educação profissional.

Um indicativo da afirmativa anterior foi a criação do Plano de Educação Profissional ocorrer no ano de 2007 e somente em meados de julho de 2009, por meio de uma Instrução Normativa, instituiu as orientações sobre como seria a organização curricular dos cursos na rede estadual de ensino. Mediante este cenário de implantação de uma política pública para a Educação Profissional de forma aligeirada não poderia deixar de resultar em processos educacionais fragilizados.

Analizando a mesma Instrução Normativa citada, dá-se prosseguimento em evidenciar quais são os componentes curriculares que constituiu a Formação Técnica Geral para os cursos profissionais:

Art. 2º A Formação Técnica Geral deverá constar em todos os Cursos de Educação Profissional Técnica e as disciplinas serão comuns a todos os cursos, constituindo um campo de conhecimento necessário à inserção e atuação no mundo do trabalho.

Parágrafo Único - As disciplinas referidas no caput do artigo 2º são as seguintes: I Sociologia - Organização dos Processos de Trabalho; II Sociologia - Organização Social do Trabalho – Empreendedorismo e Economia Solidária;

III Filosofia – Ética e Direito do Trabalho; IV Filosofia - Metodologia do Trabalho Científico; V Biologia - Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho; VI Informática – Inclusão Digital (BAHIA, 2009).

Identificou-se que algumas disciplinas da FTG ligadas ao âmbito do trabalho, foi uma tentativa de conectar os componentes da base nacional e a FTE com objetivo na inserção dos sujeitos ao mundo do trabalho. De modo contrário a isto, é o componente Organização Social do Trabalho-Empreendedorismo e Economia Solidária, o tema sobre empreendedorismo está presente ao campo de empregabilidade pertencente a Pedagogia das Competências, que na prática houvera mudanças em algumas disciplinas a partir do ano de 2012.

Fazendo alusão a Pedagogia das Competências, incluída na definição das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Profissional de Nível Técnico no ano de 1999, através da

Resolução CNE/CEB nº 4 de 08 de dezembro, estabeleceram-se as competências profissionais para cada área técnica, e mediante esta reforma curricular no contexto da política neoliberal da época, instituiu um perverso plano de educação em que desviava a atenção das pessoas sobre a realidade do desemprego estrutural. Assim, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) trazem ao debate esse desvelamento, referindo-se às reformas curriculares da Educação Profissional:

Ela abrangeu ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competências” um importante aporte ideológico, justificando, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS 2005, p. 38).-

Pode-se inferir que o conceito de empregabilidade e competências exigido aos trabalhadores não é algo novo. Estes conceitos, amparados em aporte ideológico de interesses econômicos, podem estar escamoteado em propostas curriculares perversas que estão na contramão de projetos para a emancipação humana e contra os sujeitos da EJA e da Educação Profissional, que são compostos pelo coletivo de mulheres, homens negros e negras, da periferia, do campo e do interior do estado.

Esta mesma ideologia pode estar presente quando elegem saberes para compor um currículo da educação profissional, como a disciplina empreendedorismo, que está ancorada na ideia da retirada de responsabilidades do estado em gerar novos postos de trabalho, delegando a esse coletivo marginalizado, a responsabilidade de inserir-se no mundo do trabalho.

É importante informar que a matriz curricular do PROEJA na rede estadual de ensino sofreu algumas alterações após a Instrução Normativa 03/2009. A instrução normativa foi institucionalizada nos centros estaduais e territoriais de educação, que posteriormente foi revisada e resultou numa segunda versão da matriz curricular, a partir do ano de 2012, com a inclusão do âmbito dos Estudos Interdisciplinares na área técnica profissional. Os Estudos Interdisciplinares são formados por dois componentes curriculares: (1) Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica e (2) Intervenção Social, Tecnologia Social, Atividade de Campo e visitas técnicas.

No centro de Educação Profissional pesquisado, evidenciou-se a incompreensão de alguns professores sobre o que seria na prática estes dois componentes curriculares descritos anteriormente. Os professores, referidos nesta pesquisa, são os articuladores do curso técnico



em Administração PROEJA, no qual a pesquisadora teve contato direto, facilitando o acesso da mesma aos documentos e informações para análise e produção de dados.

A SUPROF produziu as ementas dos componentes curriculares dos cursos profissionais e neste caso, do curso técnico de Administração PROEJA, no qual os professores, gestores e coordenadores pedagógicos podem e devem ter acesso através do site da secretaria do estado de educação, onde estão inseridos virtualmente⁸. Para fins desta pesquisa, acessaram-se as ementas do curso técnico em Administração e identificaram-se nestes documentos alguns fundamentos que pertencem à proposta curricular do PROEJA nacional.

Sobre a inclusão dos seguintes componentes curriculares: Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica como disciplinas da matriz curricular do curso pesquisado, estas são desenvolvidas pelos professores como um componente que prevê o ensino de normas técnicas de pesquisa e iniciação científica. Isto tornou-se evidente nas falas dos estudantes confrontadas com as ementas do curso.

É imprescindível enfatizar, mais uma vez, que a rede estadual de ensino define a intervenção social como um princípio pedagógico no qual prevê a aprendizagem dos estudantes, saberes escolares e, também, práticas de formação integral para compreender a dimensão do trabalho com foco na intervenção na comunidade que o próprio sujeito vive.

Visto a intervenção social ser um princípio pedagógico importante na proposta de educação da rede estadual, esta por sua vez é pouco compreendida pelos professores e um desafio relevante quando se trata de cursos profissionais que funcionam no noturno, neste aspecto os cursos PROEJA desta mesma rede.

Outro grande desafio para os estudantes é o estágio obrigatório. Para aqueles que trabalham durante o dia, em ramos de atividades distintos daquele que se está estudando, torna-se angustiante para os mesmos só poder fazê-lo quando concluírem o curso técnico. Além de ser um ponto de tensão para o centro de educação profissional pesquisado, provoca também diferentes situações, como poucas expectativas, instabilidades, desânimos nos estudantes que veem na educação profissional possibilidades de mudanças de vida, e isto deve ser considerado.

Identificaram-se situações relacionadas à formação do professor, principalmente no que se refere ao currículo do próprio centro de educação profissional em que atua. No contexto da pesquisa não foi identificado o tempo de formação em serviço, de orientação pedagógica, no qual contribui ainda mais para o isolamento do professor e para a superficialidade da compreensão



sobre a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, tão presente na sua realidade do trabalho docente.

Mediante a problemática da formação do professor e do seu isolamento, Corrêa (2012) trata sobre a capacidade ontocriativa desse sujeito no espaço escolar pela busca do seu nível de consciência com vista na transformação.

A problemática da formação do professor tornar-se-á mais densa quando colocada a questão da ontocriatividade: da busca da consciência do seu processo de autocriação, de suas práticas consideradas necessárias ou voluntárias, de suas ações objetivas e subjetivas, como ser humano. Embora o professor individualmente possa se perceber relativamente impotente diante do ambiente do qual é parte ativa, ao se aliar a outros humanos-com os quais convive e compartilha formas de pensar e de agir, de aglutinar esperanças e utopias-é capaz de elevar à mais alta potência seu poder transformador. Para tal, talvez seja importante o professor ir além de sua individualidade e, de acordo com a perspectiva gramscianiana, forjar sua personalidade esforçando-se física e mentalmente para adquirir a máxima consciência - a consciência historicamente possível-do ambiente do qual é a parte nada neutra ou passiva. (CORRÊA, 2012, p. 140).

Percebe-se que diante dos desafios para a formação do professor, é possível sair da impotência e inércia e juntar-se aos pares que se convive no espaço da escola. Desta forma, possam juntos(as) aglutinar esperanças para a transformação. É justamente através do aumento do nível de consciência do professor sobre o seu papel dentro dos centros de educação profissional, mediante as necessidades de outros sujeitos, os estudantes, pelo desejo de aprender, de inserir no mundo do trabalho, essas esperanças de mudanças podem ser integradas para mais professores no âmbito das escolas.

Ao tratar sobre o currículo e a prática pressupõem que quem a realiza é um sujeito, neste aspecto Sacristán (2000) diz que a atividade pedagógica relacionada com o currículo, o professor é um elemento de primeira ordem na concretização desse processo. No caso do currículo do PROEJA da rede estadual de ensino, os professores pesquisados desconhecem os princípios fundamentais que sustentam a proposta curricular da educação profissional da sua rede e as discussões nacionais, isto configurará em uma prática distante da transformação, cidadã e crítica.

O professor esbarra-se nas determinações dos currículos de cima para baixo, ou seja, de forma verticalizada, que são os currículos instituídos sem que os sujeitos pudessem ter sido



ouvidos. Mas, é através da relação que esse sujeito tem com a cultura, o meio social e os estudantes que os professores produzirão um currículo que será instituído por ele no espaço da escola.

Pergunta-se como inovar em um currículo que foi instituído de forma não participativa pelos importantes sujeitos das escolas, a saber os professores e estudantes, refletindo sobre a ótica às legítimas intencionalidades sobre as reformas curriculares? A inovação a qual propõe-se neste trabalho, está ligada aos ajustes que se pode fazer nos currículos escolares levando em consideração as reais necessidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Uma delas é provocar no interior do centro de educação profissional pesquisado contradições que promovam movimentos para a inclusão desses sujeitos.

Neste caminhar teórico de inovação do currículo escolar Sacristán (2000) diz que se empreendem as reformas curriculares para melhor ajustar o sistema escolar às necessidades sociais e, em muito menor medida, para mudá-lo, embora possam estimular contradições que provoquem movimentos para um novo equilíbrio.

Por isso, destacam-se, nesta investigação científica, os jovens, adultos, trabalhadores e não trabalhadores, do curso técnico em Administração PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional, para que esses sujeitos da pesquisa pudessem analisar o currículo escolar do curso em que estão estudando e mediante a análise pudessem sugerir uma proposta de um currículo que atendesse as suas necessidades reais.

A Guisa de conclusão

Os sujeitos da EJA são jovens, adultos idosos trabalhadores do campo e das periferias das cidades e a Educação de Jovens e Adultos são cidadãos de direito dessas pessoas, que tem uma trajetória de vida marcada por experiências de desrespeito e injustiças de toda a ordem.

Este estudo demonstrou que a realidade das reformas curriculares e a construção de currículos para as redes de ensino é insipiente à participação dos professores, gestores e estudantes. Ainda é pouco o número de estudos que apontam as sugestões desses sujeitos para a construção colaborativa dos currículos escolares. É desta forma que se revela o desafio do tema Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, que na história da educação no país ainda traz a exclusão dos jovens e adultos e a dualidade histórica que tem origem na ideia da teoria de classe social.



Os jovens, adultos trabalhadores e não trabalhadores demandam pelo respeito dos seus direitos e por justiça social. É pensando no enfrentamento das injustiças simbólicas que propomos que suas diferenças culturais estas possam ser reconhecidas no currículo escolar do Centro Estadual de Educação Profissional pesquisado. Este estudo revelou a importância do Decreto de nº 5.154/04 ao instituir o Programa, impactando positivamente na educação profissional em uma perspectiva integrada como forma de inovação pedagógica, comprometida com a justiça social e formação cidadã. No caso específico do estado da Bahia, a experiência dessa política revelou um contexto frutífero de participação política que consolidou a educação profissional para o estado. Os resultados apontaram para a existência de uma nova concepção educacional a partir deste período, comprometida com um currículo representativo e emancipatório, dirigido aos segmentos que integram esse universo.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Instrução Normativa 03/ 2009 de 30 de julho de 2009. Matriz Curricular, 2009.
- _____. Secretaria do Planejamento. Caderno do PPA Participativo 2008-2011. Salvador, 2007.
- BLOGSPOT. Educação Profissional. 2018. Disponível em: <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº39/2004- Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio, 2004.
- _____. Documento Base do PROEJA. Brasília, 2006.
- _____. Decreto nº 6.094/2007, Todos Pela Educação, 2007a.
- _____. Decreto nº 6.3012/2007, de 12 de dezembro de 2007, 2007b.
- _____. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação. Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2005.
- BRASIL ESCOLA. [s.d.]. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- _____. CORRÊA, Vera. As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. In: In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: _____; FRIGOTTO, G; RAMOS, Marise N. Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; _____; _____. (Org.). Ensino Médio Integrado concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; _____. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. Educação profissional para quê? Construindo a formação dos trabalhadores para além do falso consenso. Educação Profissional. Curso de Especialização em Metodologia de Ensino para educação profissional. Módulo I, UNEB, Salvador, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional dos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação e Sociedade, v. 27, n. 96- Especial, out./2006, p. 877-910. Campinas, 2006.

PACHECO, H. P.; ARANHA, A. V. S. Estudante trabalhador na experiência de EJA articulada à educação profissional. Trabalho e Educação, v. 19, n. 3, set,- dez./2010, p. 879-899. Belo Horizonte, 2010.

_____. A educação de jovens e adultos articulada à educação profissional: reflexões sobre a política pública educacional em Contagem/MG. In: SILVA, M. A; QUIRINO, R. (Orgs.). Trabalho-educação: diálogos entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos. Curitiba: CRV, 2012.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: Uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artemed, 2000.

Enviado em: 20 de novembro de 2019.

Apreciado em: 02 de dezembro de 2019.

Inserido em: 10 de dezembro de 2019.

